



PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2023

I — DO FATO

A esta Comissão de licitação foi encaminhado requerimento da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento, para **CONTRATAÇÃO DA ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 31 ANOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA OS DIAS 31/03/2023 E 01/04/2023, SENDO CADA APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 1H30MIN.**

II — DO AMPARO LEGAL

A situação apresentada caracteriza hipótese de inviabilidade de competição, de modo a autorizar a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, III, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Ante o exposto, esta Comissão vislumbra o enquadramento do objeto na aludida contratação direta, passando a instruir o processo conforme as determinações do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.666/1993:

Art. 26 (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – Justificativa do preço;

IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

III - DA CONTRATADA



RICARDO KRAEMER, (NOME FANTASIA ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n. 23.167.413.0001-60, com sede na Rua Ipe, Bairro Jardim Bela Vista, Itapiranga, Santa Catarina, CEP: 89.896-000.

IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A decisão pela escolha dos artistas foi tomada pela comissão organizadora das festividades em comemoração aos 31 anos de emancipação político-administrativa do Município de Cordilheira Alta, conforme documento anexo aos autos.

Já a escolha da contratada ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA justifica-se por ser consagrados pela opinião pública e pela crítica especializada, com inúmeras apresentações em municípios e estados brasileiros, conforme se comprova através de vasto conteúdo disponível na internet e redes sociais através do site www.orquestracontinental.sc.com.br

Tal hipótese demonstra uma absoluta inviabilidade de competição, já que é impossível haver comparação entre as performances artísticas de diversos profissionais do setor de forma a tornar viável a abertura de eventual procedimento licitatório.

Nas palavras de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

(...) artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública (Contratação Direta sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532).

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

(...) tal medida se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1994, pp. 170 e 172).



O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles assim trata acerca do assunto:

A atual lei, endossando a doutrina, que equipara os trabalhos artísticos aos serviços técnicos profissionais especializados (cf. cap. II, item 3.2.2), prescreve a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário. O essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. (Licitação e Contrato Administrativo – 14ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro, 2ª tiragem – página 127).

E, ainda:

Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato. (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306).

Os juristas Benedicto de Tolosa Filho e Luciano Massao Saito, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensinam que:

A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível.

À vista do exposto, a razão de escolha da contratada está justificada nos autos, já que se trata de artistas consagrados tanto pela crítica especializada quanto pela opinião pública.



V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 11/03/2023.

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 06/03/2023.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 06/04/2023.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 18/02/2023.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 04/07/2023.

VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 05/03/2023;

VII – Certificado de Microempreendedor individual.

VIII – Notas fiscais e contrato de prestação de serviços com outros entes para comprovação dos valores do show;

IX – Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos.

X – Declaração que não possui parentesco conforme Lei Orgânica do Município;

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexigibilidade de licitação para a contratação do show.

VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual será de **SEIS MESES**, a contar da data de sua assinatura.

VII - DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com a demanda da Administração Municipal, a ser estabelecida pela secretaria solicitante e gestores responsáveis pelas ações, mediante emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

A data dos shows serão dia 31/3/2023 e 1º/4/2023, com um início às 21h00min, com duração de 01h30min cada.

A plena execução deverá ser atestada pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora EVELIN HILLANA OGLIARI, matrícula n. 13738-01, que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;

Efetuar o pagamento à contratada no valor, prazo e forma estabelecidos no edital;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Fica sob responsabilidade da contratante o palco, som, luz e geradores.

X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em prazo hábil, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar o contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Arcar com o pagamento de todos os tributos envolvidos, bem como com transportes/deslocamentos, hotel/estadias, alimentação/bebidas, abastecimento do camarim, serviços com carregadores, ou outras despesas relacionadas à execução do objeto.

XI - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total para execução do presente objeto é R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

O pagamento será efetuado após a realização do show, em até 30 dias após a apresentação da respectiva nota fiscal, que deverá estar atestada pelo gestor do contrato.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto Atividade 2.003 – Elemento 3.3.90 – Despesa 47.

XII - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio da comparação entre o valor proposto e os preços praticados pela contratada em contratações pretéritas, mediante a juntada de três notas fiscais, referentes a serviços similares ao ora contratado, sendo duas notas emitidas no mês de julho 2022 e uma no mês de outubro 2022.

Dessa forma, verifica-se que o valor ajustado (R\$ 17.000,00) é compatível com os preços praticados no mercado pela contratada para o objeto em questão.

Cordilheira Alta/SC, 09 de fevereiro 2023.

ANDRESSA BREANCINI
Presidente da Comissão



ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão